

O DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO: um estudo de caso das pessoas transgênero

Brasil possui a maior taxa de mortalidade entre as pessoas trans no mundo e, embora a Constituição Federal de 1988 garanta o direito à educação, a expectativa de vida dessa população é de 35 anos. Buscou-se analisar o perfil das pessoas trans no ensino superior público brasileiro. Utilizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica bem como uma análise quantitativa. Conforme a análise dos dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, realizada em 2018 aponta que 0,3 dos estudantes são trans sendo 30% de mulheres pretas e pardas, 28% de homens pretos e pardos, 20% de mulheres brancas e 22% de homens brancos. Em geral, 33% dos estudantes usufruem de algum projeto de assistência estudantil e entre as pessoas trans negras esse número é de 38%, as políticas de mais utilizadas são alimentação 52%, moradia 34%, bolsa permanência 28%, atendimento psicológico 20% e transporte 19%. As áreas que mais possuem alunos trans são ciências humanas com 21%, ciências sociais aplicadas 17% enquanto ciências exatas e da terra 14%. Quanto à participação em organizações sociais chega a 45%, a participação dos homens trans chegam a 50%, os movimentos que mais participam são: o estudantil 10%, feministas 9% e LGBTQIA+ e de 29%. Em uma sociedade patriarcal, os transgêneros enfrentam estigma e preconceito, que se faz estrutural em nossa sociedade e acabam impedindo o grupo de gozar dos direitos básicos.